

Relatório Anual 2017

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Nossa Terra - Sicredi Nossa Terra PR/SP

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil





Centro Empresarial Mostardeiro
Av. Mostardeiro, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Associados da

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Nossa Terra - Sicredi Nossa Terra PR/SP
Cafelândia - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Nossa Terra - Sicredi Nossa Terra PR/SP ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Nossa Terra - Sicredi Nossa Terra PR/SP em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 5 de março de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-8



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Nossa Terra - Sicredi Nossa Terra PR/SP, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Plano de Negócios

A Cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à ampliação da área de atuação, em conformidade com o disposto no artigo 12 da Res. CMN nº 4.434.

Informamos que as premissas constantes no plano de negócios e estudo de viabilidade econômica encaminhados ao Banco Central não foram alcançadas na totalidade, conforme demonstrado na planilha abaixo:

Dados	Estimado	Realizado
Associados	21.913	27.268
Carteira de Crédito *	238.690	265.197
Depósitos	228.421	326.076
Patrimônio Líquido	108.416	93.574
Capital	35.323	52.891
Resultado Antes das Destinações	15.902	11.723
Rentabilidade do PL	14,67%	12,53%

valores em milhares de Reais

* Saldo reduzido das provisões para operações de crédito.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Nossa Terra - Sicredi Nossa Terra PR/SP
CNPJ/MF nº 81.192.106/0001-36

ATIVO		31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO		31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE		455.064	401.806	CIRCULANTE		205.874	180.280
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	8.090	4.871	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	83.059	78.852
				Depósitos à Vista		57.588	69.681
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		232.728	212.623	Depósitos a Prazo		25.471	9.171
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		1.272	1	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		92.222	79.020
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural		65	-	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		7.170	4
Correspondentes no país		97	116	Repasse Interfinanceiros	(NOTA 12)	85.052	79.016
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	231.294	212.506	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		748	274
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	198.823	172.688	Recursos em Trânsito de Terceiros		748	274
Operações de Crédito		210.472	180.881	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 13)	5.593	4.324
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(11.649)	(8.193)	Empréstimos País - Outras Instituições		5.593	4.324
OUTROS CRÉDITOS		13.962	10.334	OUTRAS OBRIGAÇÕES		24.252	17.810
Créditos por Avais e Fianças Honrados		125	94	Cobrança e Arrecadação de Tributos		168	62
Rendas a Receber		1.092	1.168	Sociais e Estatutárias		1.813	1.258
Diversos	(NOTA 07)	12.977	9.162	Fiscais e Previdenciárias		633	582
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(232)	(90)	Diversas	(NOTA 14)	21.638	15.908
OUTROS VALORES E BENS		1.461	1.290	NÃO CIRCULANTE		252.707	220.245
Outros Valores e Bens		1.420	1.269	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		252.707	220.245
(Provisão para desvalorização)		(4)	(3)	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO			
Despesas Antecipadas	(NOTA 08)	45	24	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	243.017	211.773
NÃO CIRCULANTE		97.091	79.997	Depósitos a Prazo		243.017	211.773
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		97.091	79.997	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 12)	2.520	1.302
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	622	289	Repasse Interfinanceiros		2.520	1.302
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		622	289	OUTRAS OBRIGAÇÕES	(NOTA 14)	7.170	7.170
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	66.374	50.726	Diversas		7.170	7.170
Operações de Crédito		74.166	56.589	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		93.574	81.278
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(7.792)	(5.863)	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 16)	52.891	46.737
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 07)	1	-	De Domiciliados no País		53.726	47.196
Diversos		1	-	(Capital a Realizar)		(835)	(459)
INVESTIMENTOS	(NOTA 09)	15.782	14.547	RESERVAS DE SOBRAS		38.584	32.726
Outros Investimentos		15.782	14.547	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		2.099	1.815
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 10)	12.086	12.435	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		552.155	481.803
Imóveis de Uso		3.200	3.200				
Outras Imobilizações de Uso		14.032	12.998				
(Depreciação acumulada)		(5.146)	(3.763)				
INTANGÍVEL	(NOTA 10)	2.226	2.000				
Outros Ativos Intangíveis		4.070	3.343				
(Amortização acumulada)		(1.844)	(1.343)				
TOTAL DO ATIVO		552.155	481.803				

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Nossa Terra - Sicredi Nossa Terra PR/SP
CNPJ/MF nº 81.192.106/0001-36

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não Auditado)			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	32.179	-	32.179	62.949	-	62.949	51.141	-	51.141
Operações de Crédito	32.156	-	32.156	62.907	-	62.907	50.295	-	50.295
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	16	-	16	33	-	33	826	-	826
Resultado das Aplicações Compulsórias	7	-	7	9	-	9	20	-	20
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(19.645)	(268)	(19.913)	(42.741)	(567)	(43.308)	(44.929)	(427)	(45.356)
Operações de Captação no Mercado	(10.643)	(20)	(10.663)	(22.425)	(35)	(22.460)	(27.564)	(25)	(27.589)
Operações de Empréstimos e Repasses	(3.171)	(248)	(3.419)	(6.981)	(532)	(7.513)	(6.852)	(402)	(7.254)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(5.831)	-	(5.831)	(13.335)	-	(13.335)	(10.513)	-	(10.513)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	12.534	(268)	12.266	20.208	(567)	19.641	6.212	(427)	5.785
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(6.787)	1.616	(5.171)	(11.207)	3.256	(7.951)	1.327	3.000	4.327
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	2.461	3.473	5.934	4.784	6.883	11.667	4.383	5.207	9.590
Rendas de Tarifas Bancárias	2.073	-	2.073	3.981	-	3.981	3.047	-	3.047
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(9.028)	(712)	(9.740)	(17.677)	(1.358)	(19.035)	(14.947)	(884)	(15.831)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(8.643)	(869)	(9.512)	(16.742)	(1.696)	(18.438)	(13.782)	(1.129)	(14.911)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(32)	(176)	(208)	(109)	(352)	(461)	(85)	(264)	(349)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	11.367	191	11.558	23.830	292	24.122	30.186	386	30.572
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(4.985)	(291)	(5.276)	(9.274)	(513)	(9.787)	(7.475)	(316)	(7.791)
RESULTADO OPERACIONAL	5.747	1.348	7.095	9.001	2.689	11.690	7.539	2.573	10.112
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(35)	43	8	(24)	57	33	(98)	(9)	(107)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	5.712	1.391	7.103	8.977	2.746	11.723	7.441	2.564	10.005
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	391	391	-	-	-	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	227	227	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	164	164	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	5.712	1.782	7.494	8.977	2.746	11.723	7.441	2.564	10.005
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	2.746	(2.746)	-	2.564	(2.564)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	5.712	1.782	7.494	11.723	-	11.723	10.005	-	10.005
DESTINAÇÕES	-	-	-	(9.624)	-	(9.624)	(8.190)	-	(8.190)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(3.416)	-	(3.416)	(3.401)	-	(3.401)
Fates - Estatutário	-	-	-	(350)	-	(350)	(303)	-	(303)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(4.548)	-	(4.548)	(3.932)	-	(3.932)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(1.310)	-	(1.310)	(554)	-	(554)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	2.099	-	2.099	1.815	-	1.815

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Nossa Terra - Sicredi Nossa Terra PR/SP
CNPJ/MF nº 81.192.106/0001-36

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2016	41.037	28.240	1.682	70.959
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.664	-	(1.664)	-
Outras destinações	-	-	(18)	(18)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.843	-	-	1.843
Baixas de capital	(1.157)	-	-	(1.157)
Resultado do período	-	-	10.005	10.005
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(303)	(303)
Reserva Legal - Estatutária	-	3.932	(3.932)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.350	-	(3.401)	(51)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	554	(554)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	46.737	32.726	1.815	81.278
Mutações do Período	5.700	4.486	133	10.319
Saldos no início do período em 01/01/2017	46.737	32.726	1.815	81.278
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.802	-	(1.802)	-
Outras destinações	-	-	(13)	(13)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.353	-	-	2.353
Baixas de capital	(1.357)	-	-	(1.357)
Resultado do período	-	-	11.723	11.723
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(350)	(350)
Reserva Legal - Estatutária	-	4.548	(4.548)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.356	-	(3.416)	(60)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.310	(1.310)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	52.891	38.584	2.099	93.574
Mutações do Período	6.154	5.858	284	12.296
Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não Auditado)	49.216	32.726	4.229	86.171
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.126	-	-	1.126
Baixas de capital	(807)	-	-	(807)
Resultado do período	-	-	7.494	7.494
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(350)	(350)
Reserva Legal - Estatutária	-	4.548	(4.548)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.356	-	(3.416)	(60)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.310	(1.310)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	52.891	38.584	2.099	93.574
Mutações do Período	3.675	5.858	(2.130)	7.403

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Nossa Terra - Sicredi Nossa Terra PR/SP
CNPJ/MF nº 81.192.106/0001-36

	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não Auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	9.208	19.375	16.392
Resultado do semestre/exercício	7.494	11.723	10.005
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	1.714	7.652	6.387
Provisão para operações de crédito	1.012	5.385	4.839
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	1	1	3
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	84	142	(7)
Depreciação do imobilizado de uso	755	1.485	1.250
Amortização do intangível	247	501	291
Baixas do ativo permanente	48	51	230
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	57	227	(6)
Destinações ao FATES	(350)	(350)	(303)
Dividendos SicrediPar	(140)	210	90
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(59.914)	4.858	15.621
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(317)	(333)	2.112
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	1.046	(1.271)	4
(Aumento) Redução em créditos vinculados	(65)	(66)	291
Redução em relações com correspondentes	36	19	48
(Aumento) em operações de crédito	(34.940)	(47.168)	(45.635)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	21.162	14.420	8.135
(Aumento) em outros créditos	(2.335)	(3.981)	(1.990)
(Aumento) em outros valores e bens	177	(172)	(62)
Aumento (Redução) em depósitos	(52.568)	35.451	50.167
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	404	475	(98)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	234	1.269	(1.248)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(266)	(302)	(281)
Aumento em outras obrigações	7.518	6.517	4.178
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(50.706)	24.233	32.013
Aquisição de Investimentos	-	(1.235)	(2.736)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(501)	(1.187)	(4.764)
Aplicações no Intangível	(421)	(727)	(624)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(922)	(3.149)	(8.124)
Integralização de capital	1.126	2.353	1.843
Baixa de capital	(807)	(1.357)	(1.157)
Juros ao capital próprio	(60)	(60)	(51)
Distribuição de Sobras	-	(13)	(18)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	259	923	617
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(51.369)	22.007	24.506
Caixa e equivalente de caixa no início do período	290.753	217.377	192.871
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	239.384	239.384	217.377

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Nossa Terra - Sicredi Nossa Terra PR/SP ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 07/10/1988 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito antes apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada; os valores referentes as provisões e reversões das Coobrigações antes alocados em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, atendendo a carta circular nº 3.782 emitida pelo Banco Central. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, para melhor visualização da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(45.444)	88	(45.356)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(10.601)	88	(10.513)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	4.415	(88)	4.327
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(14.624)	(287)	(14.911)
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(7.990)	199	(7.791)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 05 de fevereiro de 2018.

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	8.090	4.871
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	231.294	212.506
Total	239.384	217.377

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2017	2016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	622	289
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	622	289
Total realizável a longo prazo	622	289

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	117.241	62.296	179.537	138.601
Financiamentos	11.430	9.347	20.777	17.601
Financiamentos rurais e agroindustriais	81.801	2.523	84.324	81.268
Carteira total	210.472	74.166	284.638	237.470

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honradas	125	-	125	94
Devedores por compra de valores e bens	-	-	-	60
Títulos e créditos a receber (i)	10.521	1	10.522	6.676
Total	10.646	1	10.647	6.830

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível A	0,50	97.834	153.264	489	766
Nível B	1,00	105.908	38.028	1.083	380
Nível C	3,00	44.305	19.961	1.329	599
Nível D	10,00	24.659	13.286	2.466	1.329
Nível E	30,00	5.708	7.883	1.713	2.366
Nível F	50,00	7.709	5.904	3.855	2.953
Nível G	70,00	1.413	736	989	515
Nível H	100,00	7.749	5.238	7.749	5.238
Total (i)		295.285	244.300	19.673	14.146

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2017			Total da Carteira	2016
		A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	2.477	28.168	45.104	35.737	111.486	94.739
Rural	295	17.023	64.483	2.523	84.324	81.268
Industrial	32	4.500	3.836	7.879	16.247	8.444
Comércio	1.844	18.630	16.767	14.542	51.783	36.750
Outros Serviços	759	7.915	9.285	13.486	31.445	23.099
Total	5.407	76.236	139.475	74.167	295.285	244.300

d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	38.301	12,97	32.193	13,18
50 devedores seguintes	54.996	18,62	45.353	18,56
100 devedores seguintes	43.233	14,64	35.087	14,36
Demais	158.755	53,76	131.667	53,90
Total	295.285	100	244.300	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2017	2016 (Reapresentado)
Saldo inicial	14.146	9.314
Constituição de provisão	13.335	10.513
Movimentação de baixados para prejuízo	(7.808)	(5.681)
Saldo final	19.673	14.146

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 1.996 (2016 - R\$ 1.184), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 18.284 (2016 - R\$ 7.253).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	121	90
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.150	1.096
Devedores por compra de valores e bens	-	60
Devedores por depósitos em garantia	2	87
Impostos e contribuições a compensar	405	565
Títulos e créditos a receber	10.521	6.676
Valores honrados	98	42
Operações com cartões	40	18
Pendências a regularizar	60	19
Outros	580	509
Total Circulante	12.977	9.162

Títulos e créditos a receber	1	-
Total realizável a longo prazo	1	-

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Bens não de uso próprio	1.420	1.269
Imóveis	1.262	1.129
Veículos e afins	37	36
Bens em regime especial	121	104
Despesas antecipadas	45	24
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(4)	(3)
Total Circulante	1.461	1.290

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 4 (2016 - R\$ 3) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	8.011	6.776
Sicredi Participações S.A.	7.770	7.770
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	15.782	14.547

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	2.515.736 ON	2.515.736 ON	1	1	8.011.727	6.776.047
	5.254.062 PN	5.254.062 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,89%	0,89%	0,61%	0,63%	4,18%	4,26%
Capital social	874.847	869.279	164	165	191.882	159.866
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	193.372	161.330
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	-	-
Valor do investimento	7.770	7.770	1	1	8.011	6.776

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	17.232	(5.146)	12.086	12.435
Imobilizações em curso	-	915	-	915	802
Terrenos	-	3.200	-	3.200	3.200
Instalações	10%	5.776	(1.917)	3.859	4.181
Móveis e equipamentos de uso	10%	3.825	(1.354)	2.471	2.549
Sistema de comunicação	10%	155	(38)	117	42
Sistema de processamento de dados	20%	2.745	(1.632)	1.113	1.277
Sistema de segurança	10%	165	(97)	68	82
Sistema de transporte	20%	451	(108)	343	302
Intangível (i)		4.070	(1.844)	2.226	2.000
Investimentos Confederação		4.070	(1.844)	2.226	2.000
Total		21.302	(6.990)	14.312	14.435

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	57.588	-	-	57.588	69.681
Depósitos a prazo	4.177	21.294	243.017	268.488	220.944
Total	61.765	21.294	243.017	326.076	290.625

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Recursos do Crédito Rural		
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	85.052	79.016
Total circulante	85.052	79.016
Recursos do Crédito Rural		
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	2.520	1.302
Total exigível a longo prazo	2.520	1.302

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 9,5% a.a. com vencimentos até 15/11/2027, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2017	2016
Empréstimos no país - outras instituições		
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	5.593	4.324
Total circulante	5.593	4.324

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de até 0,04% a.m. com vencimento até 22/03/2018.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Cheques administrativos	2.597	2.348
Obrigações por convênios oficiais	5	2
Provisão para pagamentos a efetuar	3.769	3.099
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	233	6
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	2.332	1.532
Juros Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (ii)	429	738
Pendências a regularizar	23	4
Operações com cartões	10.075	6.227
Demais fornecedores	1.007	1.216
Credores diversos	1.168	736
Total circulante	21.638	15.908
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (ii)	7.170	7.170
Total exigível a longo prazo	7.170	7.170

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

(ii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital refere-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, possui taxa anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente"

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Trabalhista	-	15	-	15
Cível	6	344	(132)	218
Total	6	359	(132)	233

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Trabalhista	Provável	15	-
Cível	Provável	218	6
Total		233	6

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 1.146; R\$ 138 e R\$ 3 (2016 - R\$ 0, R\$ 99 e R\$ 3), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	52.891	46.737
Total de associados	27.268	24.380

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 6.154 (2016 – R\$ 5.700), sendo R\$ 5.158 (2016 – R\$ 5.014) via integralização de resultados e R\$ 2.353 (2016 – R\$ 1.843), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 1.347 (2016 – R\$ 1.157).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Nossa Terra - Sicredi Nossa Terra PR/SP, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 7% em Conta Capital, no montante de R\$ 3.416, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Nossa Terra - Sicredi Nossa Terra PR/SP, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 65% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	11.723	10.005
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(4.924)	(4.202)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate de milhas cartão	19	4
Provisão PPR	35	4
Receita com atos cooperativos	3.770	3.125
Juros sobre capital próprio	1.435	1.428
Outros	(335)	(359)
Subtotal	4.924	4.202
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	-

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	622	289
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	231.294	212.506
Outros Créditos - Rendas a receber	662	585
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	1.469	1.534
Investimentos (Nota 09)	15.782	14.547
Intangível (Nota 10)	2.226	2.000
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	87.572	80.318
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	5.593	4.324
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	10.035	6.141
Principal e juros dívida subordinada (Nota 14)	7.599	7.908
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	33	826
Ingressos e receitas Prestação de Serviços	4.033	3.916
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	22.377	28.075
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	7.513	7.254
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	859	693
Outros Dispêndios Despesas Operacionais (Nota 21)	6.130	4.672

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	75	0,13%	161
Depósitos a prazo	926	0,34%	1.240
Operações de crédito	2.303	0,81%	1.751

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	2.557	2.285

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	392	401
Despesa de aluguéis	1.641	1.433
Despesa de comunicação	1.076	895
Despesa de manutenção e conservação	1.128	872
Despesa de material	339	259
Despesa processamento dados	284	222
Despesa de promoções e relações públicas	3.162	2.156
Despesa de propaganda e publicidade	200	193
Despesa de seguro	251	310
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.637	1.240
Despesa de serviços de terceiros	433	369
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.174	1.041
Despesa de serviços de técnicos especializados	2.322	1.630
Despesa de serviços de transportes	718	579
Despesa de viagem	926	766
Outras despesas administrativas	2.755	2.545
Total	18.438	14.911

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	838	841
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	21.731	27.138
Reversão de provisões operacionais	821	1.916
Outras rendas operacionais	732	677
Total	24.122	30.572

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	791	273
Contribuição O.C.E.	192	175
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	606	721
Contribuição Confederação Sicredi	3.938	2.535
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	540	382
Encargos da administração financeira	123	148
Repasse administradora de Cartões	388	330
Depreciação e amortização	501	294
Outras provisões operacionais	1.787	2.050
Outras despesas operacionais	921	883
Total	9.787	7.791

NOTA 22 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	107.372	108.393
Total	107.372	108.393

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de

Limites operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	96.565	86.664
Nível I (NI)	92.005	80.338
Capital principal - CP	92.005	80.338
Capital social	52.891	46.737
Reservas de capital	38.584	32.726
Lucros acumulados	2.099	1.815
Ajustes Prudenciais	(1.569)	(940)
Nível II (NII)	4.560	6.326
Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas	4.560	6.326
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	458.896	413.782
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	837	-
Margem de Capital (i)	47.543	32.872
Índice de Basileia (PR / RWA)	21,04%	20,94%
Situação de Imobilização (Imob)	12.745	13.496
Índice de Imobilização (Imob / PR)	13,20%	15,57%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Paulo Fernando Ozelame
Diretor Executivo
CPF: 017.229.949-75

Elio Kawka Junior
Diretor de Operações
CPF: 008.354.139-00

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Cafelândia / PR, 08 de março de 2018.

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Nossa Terra - Sicredi Nossa Terra PR/SP e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o respectivo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, documentos estes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Pelas políticas de Governança adotadas pela Cooperativa e com base nos nossos exames e no relatório de auditoria dos auditores independentes, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., somos de parecer favorável à aprovação das mencionadas demonstrações.

Atenciosamente,

-

Mariza Trevisol
Conselheira

Joedir francisco de Re
Conselheiro

Osmar Martins
Conselheiro